

Tema: Almedina		Área: 48279 mm ²	Âmbito: Nacional	Tiragem: 62042
Título: Um projecto de paz para a Europa			Temática: Generalista	GRP: 3.6
2007/05/26	DIÁRIO DE NOTÍCIAS - PRINCIPAL	Pág. 43	Periodicidade: Diária	Inv.: 3075.00

História. Imagens, ideias e protagonistas de meio século no Velho Continente

Um projecto de paz para a Europa

A Europa neutralizou a guerra mas não pode neutralizar a História

ABEL COELHO DE MORAIS

“Se vamos ser europeus, temos de saber o que são os gregos”, escrevia em 1947 o reitor da Universidade de Kiel, Bruno Snell, em *A Descoberta do Espírito*, obra sobre as raízes do pensamento europeu.

O comentário do professor alemão corresponde a uma parte da “ambição da Europa se tornar uma” (Nietzsche), de forjar uma identidade e um destino comum, livre dos fantasmas das “longas guerras civis” de séculos anteriores. Hoje, a inquirição proposta pelo académico alemão seria talvez formulada em termos distintos: se vamos ser europeus, temos de saber o que são os turcos.

É entre as raízes helénicas da Europa – indissociáveis da herança romana e da matriz cristã – e o futuro euro-asiático sugerido por uma provável integração turca, que se situa *Pós-Guerra*, de Tony Judt, professor de Estudos Europeus na Universidade de Nova Iorque.

A Europa, como Judt a pressente, tornou-se uma necessidade, a “nova ideologia” (Konrad Adenauer) que pode contrariar as ambições nacionais, os projectos de hegemonia regional e a repetição da História. O antídoto para as ambições clássicas definidas na geopolítica. Com a ideia de Europa, e sua concretização no projecto da União Europeia, procura transferir-se a afirmação nacional do campo de batalha e do clássico equilíbrio entre potências para as realizações económicas, a afluência das sociedades, o bem-estar e a afirmação tecnológica. Uma área de prosperidade económica e estabele-



Com a destruição do Muro de Berlim, a História voltou à Europa

dade política que pretende funcionar como elemento neutralizador das tensões entre Estados na Europa e constituir um pólo de atracção para as nações que recuperaram o direito à História e à identidade após a queda do Muro de Berlim, em 1989.

A CEE não esteve imune ao pior do Estado-nação

Por que é do regresso da História e da libertação de um continente refém da Guerra Fria que o professor britânico escreve neste *tour de force* onde política, economia, hábitos culturais e modas se cruzam numa das melhores sínteses actuais sobre o pós-45 no Velho Continente.

O fim da Guerra Fria criou uma

nova realidade. A protecção americana parece ter-se tornado um anacronismo e com o fim do Muro de Berlim desapareceram todas as barreiras artificiais a uma entidade unida do Atlântico aos Urais. Mas se a UE vai hoje até às portas da Rússia – onde o Kremlin sente a invasão da sua esfera de influência e pretende claramente dividir os 27 –, ainda não superou a lógica da proposta “aos aliados e aos próprios alemães” de integrar estes num projecto que desse “coerência a uma Alemanha politicamente descentralizada, mas economicamente próspera” (Georges Bidault, MNE francês, 1948).

A Europa de 2007 continua a ser aquela que nasceu com o Tratado de Roma (1957), num processo em que partiu de uma posição de fraqueza, devido à situação do continente no fi-



Pós-Guerra

Tony Judt
Edições 70
963 páginas

nal da II Guerra Mundial. A então CEE “dependia totalmente da garantia da segurança americana, sem a qual os seus membros nunca poderiam alimentar a ideia da integração económica excluindo dela qualquer preocupação com a defesa comum”, escreve Judt. Este permanece um paradoxo não resolvido na construção europeia.

Mas, ultrapassada a tensão franco-alemã, o autor de *Pós-Guerra* não se esquece de mencionar que, desde muito cedo, se verificaram desvios ao conteúdo do Tratado e um “áspero exercício de poder” por parte de alguns membros, reproduzindo-se à escala continental “os piores atributos do Estado-nação”.

Judt cita exemplos da época do “condomínio franco-germânico em que Bona pagava as finanças da comunidade e Paris ditava as suas políticas”; exemplos que alimentam a lógica de funcionamento das instituições comunitárias num processo que bloqueia a afirmação da componente política. Exemplos onde se compreende as razões da preferência de Londres pela “relação especial” com os EUA.

Encontrará a negociação para um novo tratado europeu respostas a este desafio ou permanecerá em vigor o mecanismo de equilíbrio entre os interesses das grandes potências? A resposta será conhecida no final de 2007. Prudentemente, Judt avisa que a UE “nunca poderá” substituir a História. Com ou sem a Turquia. ■